

Educação ambiental nos currículos escolares

Material elaborado com base no relatório de autoria de Mayla Valenti, Ariane Di Tullio, Andréia Nasser Figueiredo e Flávia Torreão Thiemann.

REALIZAÇÃO



DADOS PARA UM DEBATE
DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO

PARCERIA



Contexto Nacional

- **O Brasil se destaca no cenário internacional por incluir a Educação Ambiental (EA) nos currículos.** Alguns instrumentos evidenciam o arcabouço normativo que integra a Educação Ambiental ao sistema educativo: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA).
- **As recomendações internacionais sugerem que a EA deve ter caráter interdisciplinar e ser abordada de modo transversal.** Embora ainda sejam necessários avanços para garantir sua presença significativa e efetiva no cotidiano escolar, a BNCC já contempla essas recomendações.
- **Apesar de haver no Brasil uma base legal estruturada para a EA, a plena articulação exige ressignificação curricular, novos mecanismos de implementação e coordenação institucional.**

Evidências Nacionais

- O tema das mudanças climáticas é **restrito** à área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
- A **conservação da biodiversidade ainda não é contextualizada**, especialmente em relação aos aspectos sociais e políticos.
- Embora abrangentes, as **DCNEA precisam de um aprofundamento específico para a educação climática**. A crise climática exige uma abordagem que foque causas, impactos e estratégias de mitigação e de adaptação.

- As **formações inicial e continuada de professores frequentemente são insuficientes e desarticuladas** das necessidades reais da escola. Muitos educadores não estão preparados para abordar a EA de forma transversal e crítica.
- Tanto as DCNEA quanto a BNCC preveem a integração da EA a todas as áreas, mas a **ausência de sua definição como componente obrigatório dificulta a implementação nas escolas**.
- Experiências de EA como componente curricular obrigatório no estado do **Pará** e no município de **Pederneiras (SP)** demonstram **resultados promissores** para superar desafios.
- A implementação da EA por meio de projetos e disciplinas eletivas é uma opção intermediária à criação de um componente curricular específico.

Evidências Internacionais

- A UNESCO aponta que a EA não recebe foco satisfatório em nenhum dos países analisados. A falta de padronização em objetivos, metodologias e indicadores é generalizada.
- As diretrizes oficiais raramente se traduzem em ações nas escolas devido à **falta de infraestrutura, desorganização curricular e sobrecarga dos professores**.
- **A execução da EA depende excessivamente da iniciativa de docentes e escolas**, agravada pelo fato de que um terço dos professores não possui formação específica na área.
- Os currículos atuais costumam falhar ao ignorar a justiça climática e as dimensões socioculturais do meio ambiente.
- A EA precisa de integração entre governo e sociedade civil, além de orçamento contínuo e suporte institucional para os professores, como mostra a experiência da Coreia do Sul e do Chile.
- Experiências em Botswana, Israel e Coreia do Sul indicam que o aprendizado e o engajamento discente podem aumentar quando a EA traz atividades fora da sala de aula e projetos comunitários.
- Integrar comunidades tradicionais e povos indígenas traz uma perspectiva biocêntrica vital, e abrir espaço para o engajamento crítico e emocional fortalece a compreensão da justiça climática.

Recomendações para políticas nacionais

- A EA deve ser abordada pela BNCC de forma contundente, garantindo seu **caráter crítico, político e transformador**.
- A BNCC e as DCNEA devem apoiar a escola na concretização de uma **EA contextualizada**.
- A EA deve estar garantida nos currículos escolares.

- Os currículos devem contemplar a **aprendizagem cognitiva e socioemocional**, voltadas para construção de pensamento crítico e para ação nos territórios, com foco na justiça ambiental e climática.
- A formação docente inicial em EA deve contemplar todos os professores de forma prioritária e obrigatória, incluindo os **cursos de Pedagogia e as diversas Licenciaturas**.
- Direcionar recursos específicos para **financiar projetos de EA na escola**.

Recomendações para políticas subnacionais e escolas

- Garantir o **caráter obrigatório da EA na escola**.
- Promover a **contextualização** para a realidade em cada território.
- **Metodologias críticas e participativas** devem ser a base para a EA e devem ser facilitadas com suporte organizacional.
- Espaços de **participação e parcerias com instituições locais** devem ser fortalecidos.
- A **formação continuada em EA** deve ser prioridade nas escolas e nas redes estaduais e municipais de ensino.